



PERCEPÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: A CIDADE DE BAURU

[Paula da Cruz Landim](#)

RESUMO

Este trabalho refere à relação entre a percepção do espaço urbano e a preservação do patrimônio arquitetônico, considerando a arquitetura como estruturadora da paisagem urbana. Trata das diretrizes que poderiam ser adotadas para a preservação do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Bauru, enfatizando as construções indicadas pelos cidadãos como merecedoras de serem preservadas, por acreditar que qualquer projeto de preservação, além de considerar os valores próprios de cada construção, ligados às suas características formais, estéticas, documentais e arquitetônicas, para ser bem sucedido, deverá considerar também a percepção do cidadão em relação às construções. Assim, pode-se preservar o patrimônio não apenas no seu aspecto documental, mas também como estruturador de um espaço, conferindo legibilidade ao um ambiente urbano.

Palavras-chave: Percepção Urbana; Patrimônio Arquitetônico; Preservação do Patrimônio Arquitetônico.

ABSTRACT

This work refers to the relationships between the perception of the urban space and the preservation of the architectural aspects talking in account how the architecture can structure the urban landscapes. The measures that could be adopted to preserve the architectural patrimony of the Bauru City are treated, focusing the constructions that the citizens indicated as being. This approach was taken in behave of the belief that one preservation project, besides to consider the inertness values of each construction, due to its formal aesthetic and documents characteristics, must also take in account the citizen perception in order to be successful. By this way is possible to preserve the patrimony not only in its documents aspects, but also as structurator of the space, turning the urban environment understandable.

Keywords: Urban Perception; Architectural Patrimony; And Preservation of Architectural Patrimony.

PERCEPÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO: A CIDADE DE BAURU

1. INTRODUÇÃO

Uma política de proteção do bem cultural tem como objetivo principal à preservação da identidade cultural. Supõe-se que esta política deva respeitar, além dos valores históricos, culturais e estéticos, também os ambientes e as características que compõem a consciência coletiva da comunidade.

O desrespeito a estes aspectos tem provocado o crescimento desenfreado das cidades, com altos custos para a paisagem urbana e para a arquitetura. Como consequência, temos um processo de massificação que destrói a cultura popular e compromete o equilíbrio emocional da população, no momento que esta perde seus referenciais urbanos em espaços de tempo curtos demais para uma assimilação saudável das mudanças ocorridas.

A necessidade de identificação do entorno tem sido colocada como elemento vital para a sobrevivência urbana. O problema da percepção da cidade, do meio ambiente urbano, surge numa época em que a renovação urbana é intensa, profunda e acentuada, justificando uma preocupação com os aspectos visuais da cidade.

A expansão rápida das cidades, a exemplo do que ocorre nas cidades de médio e grande porte, no Estado de São Paulo, principalmente a partir da década de cinquenta, ocasionou um rompimento da individualidade, e conseqüentemente, a destruição do Patrimônio Arquitetônico destas cidades. Esta destruição acarretou sérios problemas, pois este patrimônio nada mais é senão aquele espaço que percebemos quotidianamente, repletos de construções representativas de outros momentos e/ou contextos sociais, históricos, culturais e até mesmo políticos.

O reconhecimento destas edificações, representativas da história urbana, nos percursos de nosso cotidiano, é que fazem o elo de ligação entre o cidadão e sua cidade, fazendo com que o espaço urbano assuma uma conotação de **LUGAR**.

Geralmente percebemos nossa cidade não como um todo, mas de uma maneira fragmentada, ou seja, percebemos partes dela, como os bairros em que trabalhamos ou moramos, ou ainda os percursos de nosso cotidiano: o caminho que percorremos até nosso local de trabalho, ou para irmos ao mercado, ao banco, ou deixar as crianças na escola. Todos nossos sentidos estão envolvidos nesta percepção, e a imagem resultante está repleta de lembranças e significados.

Porém a cidade não é apenas para ser percebida pelas mais variadas pessoas que a habitam, das mais diversas classes sociais e personalidades, e com os mais diversos interesses. A cidade também deve ser legível. E o que confere legibilidade a uma cidade? O que a transforma num **LUGAR** para seus cidadãos? A resposta está nas construções e logradouros que estruturam o ambiente urbano. Estas construções que identificamos diariamente, atribuindo significados aos marcos deste sítio urbano, como as casas, as praças, ou bares e cafés.

E é através da identificação diária deste espaço edificado que nós nos orientamos dentro de nossas cidades. Através da verificação dos marcos urbanos é que criamos

referências que fazem com que não nos sintamos perdidos, os quais nos orientam. A verificação destes marcos urbanos não é fruto só de nossa percepção imediata, mas também de nossa percepção passada, de nossa memória, de nossa inteligência, estando, portanto diretamente ligada ao que se denomina Patrimônio Arquitetônico.

2. A PESQUISA

Esta pesquisa surgiu da necessidade de se conhecer quais seriam as edificações, representativas do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Bauru, que estão presentes na percepção do espaço urbano da cidade.

Qualquer interpretação sobre o espaço deve considerar a ação cognitiva sobre o mesmo, e também a percepção, e a visão. Lembremos que a percepção compreende, além da visão, ainda os demais órgãos dos sentidos, tais como tato, olfato, audição, sinestesia, e de resto, todo o organismo. Dessa forma, apesar da visão ser predominante na percepção espacial, cheiros e sons, sensações de calor e frio, também colaboram com a visão na percepção do espaço.

Este conjunto de idéias, referentes à percepção do espaço, tem se refletido no estudo do espaço urbano pela arquitetura, mais especificamente no desenho urbano, onde duas noções são levadas em consideração: a percepção do meio ambiente, entendida como o processo pelo qual as pessoas atribuem significado ao meio ambiente e a percepção do ambiente urbano, como a assimilação de um esquema perceptivo da paisagem urbana.

Através deste tipo de análise é que se começou a considerar a percepção como importante elemento mediador entre o Homem e seu ambiente urbano. Os estudos baseiam-se principalmente na observação da realidade, utilizando-se de técnicas fornecidas pela Psicologia, e trabalhando com grupos e espaços bem definidos.

Assim, pois, todo espaço edificado é identificado por determinadas características que compõem sua particularidade, transformando-o num **LUGAR** para aquela comunidade que o habita. Estas características são resultado do domínio e da utilização -por parte dos habitantes - dos elementos naturais, tais como clima e topografia, de acordo com suas necessidades, por exemplo, moradia, circulação, lazer, e trabalho, e ainda também resultado de sua cultura.

Dessa maneira o espaço, no sentido arquitetônico, tem sido considerado como um conjunto de percepções que levam o indivíduo ao conhecimento de seu entorno, onde, sem dúvida alguma, a visão tem um papel predominante. E, portanto a cidade pode, por sua vez, ser entendida como um conjunto de percepções que se inter-relacionam. Essa percepção pode ser modificada pela escolha da área envolvida, do ponto de vista, da hora do dia ou da estação do ano.

Dentre os espaços construídos pelo homem, a forma mais importante talvez sejam as cidades. Desde as pequenas vilas, com a paisagem ainda dominada pelo ambiente rural, até a grande cidade, onde o homem, no seu cotidiano, está habituado a este horizonte artificial, completamente edificado.

A cidade existe sob variadas formas. Sob um aspecto, é um conjunto de imagens, e sob outro, é definida como unidade estatística e espacial. Porém, são justamente estas diferentes formas de se abordar o espaço urbano, as perspectivas para a compreensão e resolução de muitos dos problemas urbanos contemporâneos.

Entre essas formas de aglomeração urbana, existem mais do que simplesmente suas dimensões e funções. Trata-se de espaços que, para o homem, diferem em qualidade e significação. Enquanto uma pequena vila, voltada para o trabalho no campo, impõe ao homem seu ritmo lento e constante, uma pequena cidade pode ser um centro de relações - comércio, feiras - para um grupo de vilarejos, ao passo que em uma grande cidade pressupõem-se trocas a grandes distâncias ou ainda uma certa auto-suficiência.

Mas uma cidade é algo mais do que um aglomerado de construções, ruas e pessoas. É uma unidade capaz de proporcionar facilidades e comodidades que faz com que as pessoas prefiram viver em comunidades a viverem isoladas. Da mesma maneira que esta reunião de pessoas cria uma série de atrações, um conjunto de edifícios também adquire um poder de atração visual dificilmente alcançado por uma edificação isolada.

As atividades de uma população neste espaço, a cidade, geram padrões espaciais, requerendo formas arquitetônicas, que, por sua vez, vão influenciar estas mesmas atividades.

Um fato característico do século XX, que ultrapassa o domínio puramente demográfico, é o fato de que cada vez mais pessoas nascem, vivem e morrem nas cidades, sem apego a uma terra e a um horizonte natural.

A cidade também pode ser encarada como um horizonte geográfico, porém, além disso, ela não é apenas um panorama para ser visto. A cidade como realidade geográfica, é o espaço da rua, vista como centro e cenário da vida cotidiana. A rua é um ponto de fixação do homem ao seu universo urbano, seu espaço concreto e familiar. E esta rua, apesar de aparentemente ser um espaço bastante comum, dependendo de sua dimensão ou de seu calçamento, ou de seu uso, pode variar enormemente. Uma rua estreita e sinuosa, repleta de veículos, pessoas, sons e odores, pode ser mais convidativa do que uma avenida larga e bem arborizada. A maneira como percorremos esta rua, se como transeunte ou de automóvel, a que hora do dia, também nos trará uma experiência diferente deste espaço.

O espetáculo das cidades pode produzir um prazer especial, qualquer que seja a banalidade da visão que nos oferece. A cidade é uma construção dentro do espaço, mas uma construção em grande escala, um objeto perceptível só através de longas seqüências temporais.

A cidade compreende mais do que o olho pode ver, mais do que o ouvido pode escutar: disposições e perspectivas que esperam ser exploradas, haja vista que a cidade que percorremos como transeuntes se apresenta aos poucos, por partes, sendo impossível uma visão da sua totalidade. Nenhum elemento é independente, revela-se sempre ligado ao seu meio ambiente, à seqüência de acontecimentos que o determinaram, à lembrança de experiências passadas. Cada habitante tem relações com partes definidas de sua cidade, e a imagem que se tem dela está impregnada de lembranças e significações.

Os elementos móveis da cidade, particularmente seus habitantes, considerados de acordo com suas ocupações, são tão importantes quanto seus elementos fixos. Pois não somos simplesmente os observadores desse espetáculo. Nós mesmos participamos dele. A cidade não é apenas um objeto de percepção (e às vezes até de prazer) para milhões de pessoas de classe e de caráter muito diferentes. É também o produto da atividade de numerosos construtores que modificam constantemente sua estrutura. Se bem que possa permanecer estável, durante um certo tempo, em seu aspecto geral, ela muda sem cessar nos detalhes. Só um controle parcial pode ser exercido sobre seu crescimento e forma. Não há resultado final, só uma sucessão de fases.

A cidade, como paisagem envolvente, se apresenta de maneira diversa, e embora o processo de percepção seja o mesmo, perde-se a ampla visão e a cidade adquire uma identidade única e personalizada.

Sabemos que nossas cidades carecem de **lugares** e que os **espaços** significativos existentes muitas vezes são desprezados ou até mesmo descaracterizados pelos planejadores. Muitas vezes de maneira não proposital, mas pelo desconhecimento de que determinados elementos ou espaços são na realidade importantes na paisagem daquela cidade. O remodelamento de um meio físico de grandes dimensões só se tornou possível não há muito tempo, sendo este um dos motivos pelo qual o problema da imaginabilidade do meio ambiente é bastante recente.

A construção de uma imagem do ambiente urbano, fruto da percepção e da cognição, é um processo bilateral existente entre a cidade e seus cidadãos, através do qual o cidadão atribui valores a este espaço urbano, sendo, portanto algo extremamente subjetivo e particular. A cidade, por sua vez, também influencia o cidadão diferentemente. Mas de qualquer forma, parece existir uma imagem comum entre indivíduos de um mesmo grupo, e é esta imagem comum, pública, que interessa preservar, resgatando-a de nossa memória e de gerações anteriores, como um instrumento de identificação, de ligação, entre os cidadãos e sua cidade.

Porém a cidade é algo extremamente dinâmico, e está constantemente passando por processos de transformação mais ou menos drásticos.

Todas as questões, envolvidas na formação e transformação do espaço urbano, determinam uma configuração física, que certamente se altera quando se alteram também as funções primeiramente estabelecidas. As necessidades presentes no aparecimento de uma cidade, tais como as das vilas mineradoras surgidas na região das Minas Gerais na época da exploração de ouro no Brasil Colônia, ou as das surgidas com o avanço do cultivo do café no Oeste Paulista e posteriormente Norte do Paraná, ou ainda mais recentemente com a construção de barragens hidroelétricas, direcionam e influem a formação e transformação de sua paisagem, determinando certa configuração física, que certamente se altera, quando as funções desempenhadas por este núcleo urbano também se alteram.

Nesta passagem, desaparecem muitas das estruturas espaciais, e parte do que se perde, com certeza, poderia e deveria ser preservado. Nem tudo é claro, pois novas e adequadas estruturas são criadas, mas resta a questão: qual o grau de limitação das transformações? Precisa-se chegar a mudanças tão abrangentes? Outras mudanças com certeza virão, a cidade é dinâmica, e como lidar com ela, como encaminhá-la valorizando também o existente, ainda é uma dúvida.

Assim sendo, pode-se perguntar quais seriam os elementos arquitetônicos presentes nesta imagem que a população tem da cidade. Que edificações seriam consideradas parte integrante deste processo, enquanto elemento de referência dentro do espaço urbano? Entende-se que seriam aquelas bem imóveis representativas da história urbana, partes integrantes do que se denomina Patrimônio Arquitetônico.

Mas que edificações poderiam ser aqui consideradas como parte integrante do patrimônio edificado de Bauru? Quais seriam os critérios utilizados para atribuir-lhes significados? Consideramos, nesta pesquisa, o aspecto documental das edificações, representativas do modo de se construir e habitar, ou seja, como documento arquitetônico da cidade de Bauru. Ainda, baseou-se para esta atribuição de significado, na importância destas construções enquanto marco, enquanto referencial urbano dentro da cidade. E finalmente, também na relevância como elemento representativo da vida, da história cotidiana desta comunidade.

Entende-se por Patrimônio Arquitetônico as edificações representativas da história local das cidades. Isto é, interessa o significado da construção mais do que ela própria. Sem se perder de vista a qualidade arquitetônica, interessa preservar edificações representativas de modos de se habitar e construir, mesmo que muitas vezes a edificação seja uma cópia. Isto representa, por exemplo, um momento sócio-econômico de uma comunidade, que se apropriava de aspectos construtivos, e principalmente formais e estéticos das construções, como forma talvez de se aproximar de um poder econômico-social, ou até político.

A mentalidade de se preservar somente construções monumentais felizmente vem sendo modificada, e dessa maneira, não se está preocupado apenas com as construções representativas da classe dominante, que têm sua preservação razoavelmente garantida, justamente por representar o poder sócio-político, e, sim, naquelas que representam o cotidiano destas cidades.

Modernamente, a visão protetora de conjuntos de bens culturais urbanos tem uma abrangência maior, procurando antes de tudo interpretações de caráter social, através de todas as indagações possíveis referentes à antropologia cultural, à história, à política, à economia, à geografia, à arquitetura, etc.

Apesar da importância para a memória urbana das cidades, a preservação do Patrimônio Arquitetônico é um assunto extremamente controverso, pois a cidade tem que ser encarada como um artefato, como um bem cultural qualquer de um povo.

Porém um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e se expande em novos tecidos, recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação.

Portanto, preservar não significa congelar o passado, mas possibilitar que a cidade se desenvolva de acordo com suas necessidades atuais, incorporando as mudanças, e ao mesmo tempo guardando suas características particulares. Ou seja, não significa que muitas destas edificações, consideradas relevantes para a memória urbana, não possam ser adaptadas a novas funções. Isto é, construções residenciais transformadas em bancos, lojas, restaurantes. Mas sem que se comprometa sua característica básica, principalmente as de fachada, mantendo dessa forma a paisagem urbana com a qual os cidadãos estão familiarizados.

O núcleo urbano é bem cultural, composto de mil e um artefatos relacionados entre si, que vão desde aqueles de uso individual, passando por outros de utilidade familiar, a começar pelas moradias até aos demais de interesse coletivo. Assim, um conglomerado urbano se resume num local onde se desenrolam concomitantemente infinitas atividades, exercidas através de infinitos artefatos dispostos no espaço segundo suas funções ou atribuições. Mas interessam à compreensão do que seja Patrimônio Arquitetônico somente os bens ou as coisas, móveis ou imóveis, que caracterizem ou permitam o bom desempenho do gregarismo ali existente. Dessa forma, um espaço urbano completamente descaracterizado, seja em seus espaços livres, em suas construções, ou ainda nas relações estabelecidas entre eles, não é claramente percebido pelos cidadãos.

Pelo visto, o enfoque preservador de uma cidade não se pode deter num artefato urbano isolado. Tem que se verificar fundamentalmente as relações, algumas até necessárias, mantidas entre as construções, principalmente as espaciais. O traçado urbano, independentemente das construções ali levantadas, deve ser a primeira preocupação do profissional envolvido com a problemática do Patrimônio Arquitetônico. Depois de identificados os agenciamentos urbanos originais, principalmente ruas e praças, dever-se-ia procurar suas construções contemporâneas, e então analisar as relações espaciais primitivas aí mantidas. Acredita-se que sejam essas relações -entre o traçado urbano e suas construções contemporâneas - prioritárias na definição

daquilo a ser preservado em conjunto, pois aí já pode estar configurada uma identidade cultural.

Dentre nossas cidades, sejam de que idade forem, muito poucas ainda podem revelar tais relações originais entre espaços livres e construções da mesma época: espaços livres públicos, logradouros, espaços livres internos ou quintais.

Evidentemente, essas relações são decorrentes de variadas expectativas culturais, assim sendo, elas têm que ser entendidas tão somente como uma parte remanescente de outras articulações mais amplas e hoje desapropriadas e irrecuperáveis.

Em outras palavras, em qualquer uma dessas cidades, é impossível a recuperação em sua totalidade do que fora seu original conjunto articulado de bens culturais imóveis, isto é, as relações, anteriormente citadas, entre os espaços livres e as construções suas contemporâneas, porque a sociedade hoje não é a mesma, e está a fim de usar outros artefatos em outros programas. No fundo, resta preservar cenários compostos de fachadas de casas velhas como tem sido feito. Sim, conservam-se alguns cenários, mas eles são da maior importância, porque foi o pouco que restou, já que nunca se soube preservar outros documentos de antigas populações urbanizadas.

A preservação desses visuais cênicos é de suma importância, porque revelam, nas relações espaciais, até intenções plásticas nem sempre compromissadas com a estética oficial das ordenações. Revelam soluções de uma arquitetura às vezes uniforme e decorrente de uma mesma técnica construtiva, outras vezes diversificada.

Por tudo o que foi apontado, é imprescindível ordenar ou classificar todos os bens que compõem um Patrimônio Arquitetônico, e, portanto, estabelecer regras de como e onde preservá-los, seja em sua totalidade, ou apenas elementos realmente representativos.

Pelo exposto, é que também se considera ser fundamental nos dias de hoje a preocupação com a preservação dos bens culturais imóveis destas comunidades. Mas que edificações significativas? Em que se basear para atribuir-lhes significado? Acredita-se que o mais adequado seria considerar a importância destes bens imóveis enquanto marco, enquanto referencial urbano dentro da cidade, e parte integrante da imagem mental que os cidadãos têm deste espaço urbano. E também na relevância como elemento representativo da vida, da história cotidiana desta comunidade. E finalmente no seu aspecto documental da maneira de se habitar e construir.

A percepção deste patrimônio no espaço urbano é o elemento de ligação entre os cidadãos e sua memória urbana, conferindo a este espaço uma aparente clareza, que orienta e dá uma segurança emocional aos indivíduos. Portanto, considera-se extremamente importante à tentativa de compreensão dos problemas relacionados com o espaço urbano da cidade de Bauru, suas alterações no patrimônio, e as influências destas mudanças nos indivíduos.

A preservação destas construções, representativas da herança urbana de Bauru, é necessária para que se possa referenciar dentro da cidade. E isto é fundamental para que os habitantes se sintam seguros emocionalmente dentro de sua cidade.

O processo de renovação urbana é observado em uma escala mais ou menos intensa na maioria das grandes e médias cidades paulistas, onde o processo de mutação se dá de um modo similar, através da diversificação de usos e por vezes da verticalização.

Mesmo que fossem mantidas suas edificações primitivas, os jardins se alteram com o crescimento da vegetação ou até mesmo deixam de existir, vias são alargadas, os espaços livres se modificam de acordo com as mudanças de uso que lhes são de

certa forma impostas. Uma praça rodeada por palacetes ecléticos com seus jardins, mostrar-se-á completamente diferente ao substituí-los por edifícios de apartamentos ou por agências bancárias.

O crescimento e a transformação dos assentamentos humanos é algo inevitável, e a população adapta-se às mudanças, aprendendo a descobrir seus **lugares** dentro da cidade.

Assim sendo, a modificação desses espaços urbanos a que a população está acostumada em seu cotidiano, requer sempre um período de adaptação por parte dos habitantes. Estas adaptações sempre ocorrem quando as construções desaparecem, obrigando as pessoas a procurar outros sítios para aquelas atividades. Porém, quando estas transformações ocorrem ao nível do urbano, ocorrem com tal velocidade, que as pessoas têm dificuldade de assimilar as transformações, comprometendo a orientação e a identificação dos espaços urbanos após cada mudança.

Mas na mente, na lembrança das pessoas, sobrevivem imagens, sínteses de elementos significativos de uma paisagem de seu cotidiano e se encontram vestígios por vezes diluídos nas novas paisagens.

Mas que edificações poderiam ser aqui consideradas como parte integrante do patrimônio edificado? Quais seriam os critérios utilizados para atribuir-lhes significados? Considerou-se, nesta pesquisa, o aspecto documental das edificações, representativas do modo de se construir e habitar, ou seja, como documento arquitetônico da cidade. Ainda baseou-se para esta atribuição de significado, na importância destas construções enquanto marco, enquanto referencial urbano dentro da cidade. E finalmente, também na relevância como elemento representativo da vida, da história cotidiana desta comunidade.

A percepção deste patrimônio no espaço urbano é o elemento de ligação entre os cidadãos e sua memória urbana, conferindo a este espaço uma aparente clareza, que orienta e dá uma segurança emocional aos indivíduos. Portanto, considera-se extremamente importante à tentativa de compreensão dos problemas relacionados com o espaço urbano da cidade, suas alterações no patrimônio, e as influências destas mudanças nos indivíduos.

A preservação destas construções, representativas da herança urbana é necessária para que possa se referenciar dentro da cidade. E isto é fundamental para que os habitantes se sintam seguros emocionalmente dentro de sua cidade.

Dessa maneira, reconhecendo estas edificações, poderia-se planejar um desenvolvimento urbano sem que se perdesse ou descaracterizasse este patrimônio em seu aspecto documental. Na realidade, é o que confere aos moradores uma imagem legível de sua cidade, e também um sentido de **LUGAR**, pois o ambiente urbano desempenha um papel de grande importância na conduta das pessoas, e é absolutamente necessária à tomada de consciência dos problemas urbanos por parte tanto do poder público como da comunidade, principalmente em países como o Brasil, onde há um crescimento acelerado dos núcleos urbanos, com a conseqüente perda de seu patrimônio edificado.

Assim, poderia-se propor medidas legislativas que preservassem este patrimônio, não apenas no seu aspecto documental, mas também como estruturador de um espaço, conferindo legibilidade ao ambiente urbano.

Este patrimônio, constituído pelas construções a serem preservadas ou resgatadas dentro do espaço urbano, tem uma importância local, como documento da evolução urbana da cidade. São estes elementos que guardam a memória da cidade, conferindo à cidade uma imagem legível, e um sentido de **LUGAR** aos seus moradores.

Porém a cidade tem sacrificado suas edificações representativas em nome de um desenvolvimento urbano, e a perda destas edificações, que percebemos quotidianamente enquanto cidadãos e usuários deste espaço faz com que nos sintamos desorientados dentro de nossa própria cidade.

Assim, faz-se necessária à verificação de quais edificações, remanescentes de determinadas condições históricas e sócio-econômicas, persistem no espaço urbano atual, e seu contraponto com as novas edificações, avaliando como os diferentes elementos de uma cidade se alteram ou persistem, a fim de que, percebendo-os, seja possível planejar um desenvolvimento urbano sem que se descaracterizem ou se percam estas construções, ainda remanescentes de outras épocas e/ou contextos, as quais constituem verdadeiros referenciais dentro da cidade atual.

Verificar como este patrimônio edificado, classificado como relevante para a memória histórico-urbana da cidade, é percebido pelos seus moradores. Isto é, como a cidade é percebida e valorizada pelos cidadãos. Dessa forma, objetiva-se a proposição de medidas legislativas que preservem este patrimônio, não apenas no seu aspecto documental, mas também como estruturador de um espaço, conferindo legibilidade a um ambiente urbano.

Os profissionais e técnicos ligados à preservação do patrimônio cultural limitavam seu campo de atuação aos aspectos morfológicos, expressando-se através de normas referentes aos edifícios ou áreas delimitadas para serem preservadas. Entretanto, com o passar do tempo, os enfoques sobre preservação têm paulatinamente incorporado conceitos mais globais e integrais.

Dessa forma, hoje não é mais possível pensar na salvaguarda de um centro histórico e/ou de uma área específica de alto interesse urbano e cultural, sem abordar ao mesmo tempo os crescentes problemas de áreas urbanas degradadas, que foram geradas pela desigualdade e marginalização em que se encontram grande parte da população de nossas cidades. Esta situação se caracteriza principalmente por acelerados processos de urbanização, desvitalização dos centros urbanos, e falta de infra-estrutura urbana.

Dada esta realidade urbana, o êxito na preservação do patrimônio cultural está inevitavelmente ligado à busca de um melhoramento na qualidade de vida de toda a população, buscando de alguma maneira restabelecer não só o equilíbrio do Homem com seu entorno, mas também a igualdade social entre os homens que o habitam.

Dentro desta perspectiva, o Patrimônio Arquitetônico deve ser entendido como um testemunho da produção e evolução das sociedades urbanas, e, portanto deve abandonar-se a idéia de um catálogo de monumentos, para incorporar a noção de preservação de valores urbanos socialmente construídos. Por outro lado, trata-se de um processo dinâmico, onde a preservação urbana assume uma dimensão temporal, não só como parte da história passada, mas também como a construção da cidade futura.

A arquitetura tem, na atualidade, considerado a preservação de construções não apenas por suas características arquitetônicas relevantes, suas conotações históricas, ou por sua antigüidade. A preservação de construções significativas como referencial dentro da paisagem urbana, e como elemento de ligação entre a cidade e seus moradores, apresenta-se como uma maneira contemporânea de se focar a problemática urbana. Os bens culturais devem ser encarados como recursos escassos e não renováveis, tão valiosos como os recursos naturais, cujo manejo irracional ou inadequado, sua deterioração ou perda, constitui um problema ambiental que afeta a qualidade de vida de todos nós.

Em termos de preservação do patrimônio edificado, atualmente as idéias também têm se modificado. O conceito de se preservar apenas as construções investidas de monumentalidade, esquecendo-se daquelas que são representativas de uma "*história do cotidiano*", já está ultrapassado. Assim como estão ultrapassadas posturas ortodoxas em relação a como esta preservação deve se processar. A sacralização do bem imóvel, que impede toda e qualquer alteração da construção, não é mais aceita tão facilmente.

Os conceitos de patrimônio cultural e qualidade de vida devem confluir até constituírem uma só questão, pois manter a cidade em bom nível de habitabilidade, e por outro lado, respeitar sua condição de tecido urbano vivo, é resolver de forma simultânea os problemas de moradia, equipamentos urbanos e patrimônio, entendido neste caso como o conjunto composto pela malha urbana, pelos espaços urbanos e pelos edifícios significativos.

Comprovadamente, é do conhecimento dos profissionais ligados à problemática da preservação, que a manutenção da construção em uso, é a premissa fundamental para que esta preservação tenha sucesso.

Entretanto, a sociedade atual exige outros espaços, mais condizentes com as atividades contemporâneas, e que nem sempre se adequam a espaços construídos em outros momentos, com outras exigências e tecnologia. Dessa forma, a reciclagem de uso das construções representativas do Patrimônio Arquitetônico, tem sido encarada como a maneira mais eficaz de se preservar estas construções.

Assim sendo, concluí-se que, qualquer projeto de preservação deste patrimônio edificado, além de considerar os valores próprios de cada construção, ligados às suas características formais, estéticas, documentais e arquitetônicas, para ser bem sucedido, deverá considerar também, a percepção do usuário em relação a estas construções.

Dessa maneira, reconhecendo estas edificações, podería-se planejar um desenvolvimento urbano sem que se perdesse ou descaracterizasse este patrimônio em seu aspecto documental. Na realidade, é o que confere aos moradores uma imagem legível de sua cidade, e também um sentido de **LUGAR**, pois o ambiente urbano desempenha um papel de grande importância na conduta das pessoas, e é absolutamente necessária à tomada de consciência dos problemas urbanos por parte tanto do poder público como da comunidade, principalmente em países como o Brasil, onde há um crescimento acelerado dos núcleos urbanos, com a conseqüente perda de seu patrimônio edificado.

* **AFETIVIDADE**: aquelas respostas onde predominava uma ligação afetiva com a edificação. Tais como: "*traz recordações*", "*trabalhou lá*", ou ainda "*da época do pai*". Também foram consideradas respostas como "*não conhece a cidade*", que caracteriza o contrário, ou seja, uma não ligação afetiva com a cidade.

* **ANTIGUIDADE**: aquelas respostas onde se notava uma preocupação com a conservação de construções antigas. Alguns exemplos seriam: "*construído faz muito tempo*", "*por existir a tempos*", "*gosta de construções antigas*". Além deste tipo de respostas, "*construções novas é que significam progresso*", "*besteira conservar casas velhas*", ou ainda "*por Bauru ser nova*", estão classificadas nesta categoria, justamente por este antagonismo "*velho e novo*".

* **ESTÉTICA:** várias edificações foram citadas como merecedoras de serem conservadas apenas por suas qualidades estéticas. Isto ficou claro em respostas do tipo "*por ser mais bonito*" e "*para enfeitar a cidade*". Conotações estéticas negativas, tais como "*acha a cidade feia*", também foram agrupadas nesta categoria, pois não deixa de ser um atributo estético.

* **FUNCIONALIDADE:** alguns sujeitos atribuíram a necessidade de conservação das edificações devido ao seu papel funcional. Dessa maneira, estão aqui agrupadas justificativas eminentemente práticas, como: "*porque faz compras lá*", "*pólo de desenvolvimento de Bauru*", ou "*útil*".

* **HISTÓRIA:** outra categoria foi à histórica. Assim, também obtivemos respostas do tipo: "*interesse histórico*", "*para a história de Bauru*" ou "*valor histórico*".

* **IMPORTÂNCIA:** agrupa respostas claramente obtidas neste sentido, visando condicionar a preservação à importância da edificação, seja enquanto a edificação em si, ou ainda a função que ela abriga, e abrange respostas tais como: "*por ser importante*", ou "*importante para a cidade*".

* **LEMBRANÇA:** onde estão classificadas justificativas do tipo: "*foi à única que lembrou*" e "*não se lembra*".

* **MARCO VISUAL:** a despeito de esta categoria poder ter sido incluída na categoria estética, resolvemos colocá-la à parte porque constatamos que algumas edificações foram citadas pelo seu valor de marco dentro da paisagem, por se destacar das outras edificações. Mesmo que tenha sido notada por suas características estéticas, o tipo de respostas era diferente das outras. Isto é: "*por chamar atenção*" ou ainda "*arquitetura marcante*" e "*marca o centro da cidade*".

* **PRESERVAÇÃO:** apesar da questão da preservação estar muitas vezes ligada principalmente a valores históricos ou afetivos, obtivemos respostas distintas, preocupadas com a preservação da edificação pura e simples. Ou seja: "*por estar abandonada*" e "*para conservarem*".

* **SER CONHECIDO:** esta categoria abriga respostas especificamente ligadas ao fato do sujeito conhecer ou não a edificação. Tais como: "*sempre ouviu falar*", e ainda "*por ser conhecido*".

* **TRADIÇÃO:** exemplos desta categoria seriam respostas do tipo "*ser tradicional*", ou "*tradicional na cidade*".

* **VALOR:** foram aqui classificadas respostas onde a preservação da edificação está vinculada mais a um significado geralmente ligado à ascensão social, do que pela edificação por si só: "*representa a elite de Bauru*", "*por ser da classe alta*" ou ainda "por ser dos ricos".

* **NÃO SABE:** para aqueles sujeitos que não souberam citar nenhuma edificação.

* **SEM JUSTIFICATIVA:** e, finalmente, para aqueles sujeitos que citaram alguma edificação, porém não ofereceram nenhuma justificativa.

Estas categorias não foram encontradas nas duas questões, e apareceram isoladas, ou mais comumente, combinadas nas respostas. Assim, obtive-se respostas do tipo "*bonito e antigo*", "*antigo e histórico*" ou "*antigo, tradicional e imponente*".

Na questão onde os usuários do centro de Bauru deveriam dizer quais edificações deveriam ser preservadas, a edificação mais citada foi o prédio do Automóvel Clube de Bauru, citada por 27% dos sujeitos. Trata-se de um edifício de um "*Ecletismo tardio*", com influências neoclássicas, como nos ilustra a foto 01.



FOTO 01: Automóvel Clube de Bauru.

Denomina-se de "*Ecletismo tardio*" aquelas construções com características formais do Ecletismo, porém executadas em épocas posteriores ao apogeu do Ecletismo em São Paulo, que ocorreu em fins do século XIX.

Esta construção, o Automóvel Clube de Bauru, destaca-se das demais não tanto por caracterizar uma arquitetura de qualidade significativa, apesar de ser uma edificação de imponentia relevante para a cidade de Bauru, e sim, pela sua implantação no lote, sendo uma das poucas construções do centro da cidade com afastamento das divisas do terreno. Isto é, não está alinhada à via pública, e tão pouco é geminada às edificações vizinhas. E também pela cor (o edifício é completamente branco).

Analisando fotos antigas da cidade, pode-se perceber que tal implantação ocorria também nas construções vizinhas e contemporâneas do Automóvel Clube. Porém com a demolição destas construções, e a conseqüente substituição por outras, com características formais bastante diversas do Automóvel Clube, este acabou se destacando.

Em relação ao Automóvel Clube, que foi a edificação mais citada, as justificativas mais constantes foram em relação à estética, seguidas pelas referentes à antigüidade e à preservação.

Em seguida ao Automóvel Clube, a edificação citada por 15% dos sujeitos, foi um prédio na principal rua comercial de Bauru, o Calçadão. Esta edificação, como várias da Rua Batista de Carvalho, foi construída na década de trinta, e abrigava, além da loja, a residência do proprietário. Apresenta na fachada elementos decorativos próprios do Ecletismo, porém com uma implantação no lote urbana típica do período colonial brasileiro: sobrados onde o estabelecimento comercial funcionava no piso térreo, e a moradia no piso superior, sempre alinhada no lote e na via pública.

Esta construção específica abrigava uma loja de um proprietário local. Quando a loja foi fechada, e vendida a outro proprietário, houve um boato na cidade sobre uma possível demolição da edificação, ou ainda sua descaracterização significativa.

Estas notícias desencadearam protestos e mobilizações, tanto por parte da população, como de profissionais interessados na criação de legislação municipal referente à conservação do patrimônio edificado de Bauru.

Realmente, várias das justificativas obtidas relacionadas à necessidade de se preservar esta edificação específica, eram do tipo: "*porque iam demolir*", ou "*porque saiu no jornal*". E mesmo alguns sujeitos identificaram a construção que deveria ser preservada como: "*aquela que iam demolir*", e ainda "*aquela que saiu no jornal*".

A demolição não ocorreu, principalmente devido ao destaque que a imprensa deu ao caso. A edificação chamou a atenção da população, e a manutenção das características formais da fachada da edificação também é resultado dessa mobilização, e de declarações de arquitetos sobre a importância da construção.

A necessidade de preservação deste prédio também foi justificada principalmente por seus atributos estéticos, seguidos dos atributos relacionados à história e à antigüidade, sendo que, entre estas categorias, a diferença foi muito pequena.

Ao iniciar-se a coleta dos dados, esperávamos que o prédio da antiga Noroeste, citado por 13% dos sujeitos, (foto 02), fosse ser o mais citado. Isso porque Bauru, praticamente, nasceu e desenvolveu-se em função da ferrovia, e as ligações, tanto nos seus aspectos funcionais, como em vínculos afetivos da cidade com a ferrovia, são muito grandes e significativas. Porém como as justificativas basearam-se, na sua maioria, mais em características estéticas do que em afetivas, o resultado obtido foi diferente do esperado.



FOTO 02: Estação Ferroviária.

Igualmente, ao iniciar-se a coleta de dados, esperava-se que as respostas fossem ser principalmente ligadas a atributos estéticos, antigos, históricos e afetivos. Porém acreditava-se que, quantitativamente, as três primeiras categorias seriam praticamente equivalentes, e que obteríamos um número significativo de respostas ligadas à afetividade, mesmo que numericamente inferior às outras três categorias. Entretanto, o que ocorreu foi um número significativamente maior de respostas ligadas à estética, ao passo que, justificativas baseadas em atributos ligados à antigüidade e à história, foram, numericamente, praticamente iguais, e ainda, as respostas ligadas à afetividade, não foram quantitativamente significativas. Esta pequena diferença entre o que é considerado relevante e/ou importante, por ser histórico ou por ser antigo, justifica-se no fato de que para a população, de uma maneira geral, os termos "*antigo*" e "*histórico*" são, conceitualmente, praticamente sinônimos. Na verdade, genericamente, algo antigo geralmente têm atributos históricos, porém não necessariamente. Por outro lado, classificar algo como "*bonito*", tratando-se de edificações ou de espaços urbanos, está sempre muito ligado ao estado de conservação da construção. O desgaste que o tempo e o uso imprimem às construções, num país como o nosso, onde o "*velho*" não é valorizado de uma forma geral, faz com que as pessoas não percebam o casario, simplesmente por estar mal conservado. São bastante freqüente comentários do tipo "*ficou tão bonito depois que pintaram*", ou "*nunca tinha reparado nesta casa antes da reforma que fizeram*". E pelo mesmo motivo, de não se valorizar aquilo que não é "*novo*", com um conceito equivocado de "*modernidade*", a população, como conseqüência, não estabelece uma relação afetiva com estas construções.

Na verdade, estas considerações, que denotam qualidades eminentemente estéticas da construção, confirmam o grande número de respostas ligadas a este atributo, quando tabulado independentemente da edificação em questão. De qualquer forma, tal informação confirma a idéia deturpada que os cidadãos têm, a respeito da preservação do patrimônio, de que apenas construções valorizadas pela sua beleza é que são relevantes.

Por outro lado, é interessante ressaltar que esta mesma população, quando se sente desorientada dentro de sua cidade, com a perda dos referenciais na paisagem urbana, que são as construções com as quais estão familiarizados em seus percursos do cotidiano, oferecem justificativas eminentemente afetivas para a necessidade de se preservar a memória urbana. Isto é, teoricamente, o patrimônio merece ser preservado por suas qualidades estéticas, porém quando este patrimônio está efetivamente ameaçado de ser destruído, as justificativas para a sua preservação assumem outras conotações, geralmente afetivas, no caso de patrimônio arquitetônico. Em Bauru, o

exemplo mais atual desta postura por parte dos habitantes, está na polêmica gerada pela possibilidade de demolição da antiga Casa Pagani, quando a população se manifestou contrária à demolição, mais por razões históricas e afetivas, do que por um valor estético da construção.

Na questão onde os usuários da área central deveriam escolher entre seis fotografias de edificações de Bauru consideradas representativas do patrimônio local, o Colégio São José (foto 03) foi citado por 74,5% dos sujeitos.



FOTO 03: Colégio São José.

O São José, além de ser um colégio tradicional, é também um marco visual e arquitetônico na cidade, assim como o Automóvel Clube de Bauru. Apesar de que a visão contemporânea dos profissionais ligados à preservação do patrimônio arquitetônico seja a de se preocupar com as construções representativas dos modos de se habitar e construir o espaço, de uma população como um todo, este enfoque atual não é bem compreendido pelos cidadãos. A idéia de se conservar seu próprio saber ainda é encarada com estranheza, e as construções mais valorizadas continuam a ser as representativas da classe dominante, geralmente como forma de aspiração de ascendência social.

O prédio da antiga Loja Stop, citado por 61% dos sujeitos, datado da década de trinta, e situado na principal rua comercial de Bauru, não é dos mais significativos em termos de exemplar de arquitetura. Porém, ao contrário dos demais comerciantes, o proprietário não descaracterizou a construção por meio de letreiros, luminosos ou marquises comerciais. O que fez com que ela se destacasse das demais, visualmente poluídas, e chamasse a atenção dos transeuntes justamente pela simplicidade. Aliás, esta construção foi selecionada para fazer parte desta segunda questão, justamente por este respeito às características formais da edificação. O proprietário da Loja Stop, contrariando os comportamentos atuais, ainda residia, por época da coleta dos dados, no piso superior da loja, seguindo os padrões da época de construção da edificação, quando os comerciantes residiam junto aos seus estabelecimentos. O que possivelmente explique este cuidado especial com a manutenção da fachada da loja, ao contrário da maioria, onde o proprietário já não reside ali, e algumas vezes também já não é dono do atual estabelecimento comercial.

E o Hotel Cariani, citado por 47,5% dos sujeitos, havia passado recentemente por uma reforma, ao contrário das demais edificações próximas à Estação Ferroviária, que estavam mal conservadas e em processos de deterioração, o que fez com que o hotel

se destacasse das demais, o que igualmente confirma a conotação estética ligada ao estado de conservação.

Nesta segunda questão, apesar das respostas ligadas à história terem sido em maior número do que às ligadas à antigüidade, mantiveram entre si uma diferença pequena, em termos quantitativos. Assim como na primeira questão, os atributos estéticos também foram encontrados em número significativamente maior.

Assim como na questão onde as respostas foram espontâneas, mesmo as edificações pouco citadas tiveram como justificativa para a escolha, principalmente qualidades estéticas, e em seguida os atributos ligados à antigüidade e à história.

Pode-se constatar nas questões, que mesmo quando às edificações não tão citadas pelos usuários, quase a totalidade das justificativas pertence às categorias de respostas com atributos ligados à antigüidade, à estética, e à história. E ainda assim, as características estéticas continuaram a ser predominante.

A intenção deste trabalho é mostrar que aquelas construções representativas do Patrimônio Arquitetônico de Bauru, que são percebidas pelos cidadãos em seus percursos cotidianos no centro da cidade, constituem os referenciais, os elos de ligação afetiva entre os habitantes e a cidade de Bauru, e como tais deveriam ser preservados.

Ressaltando que, quaisquer diretrizes que possam ser adotadas para a preservação do Patrimônio Arquitetônico de Bauru em geral deverão enfatizar as construções do centro da cidade indicadas pelos usuários como merecedoras de serem preservadas. Lembrando que, estas construções, justamente por terem sido percebidas na paisagem urbana, conferem a Bauru uma conotação de **LUGAR** para os seus cidadãos.

3. PROPOSTA PARA A REVITALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE BAURU

Comprovadamente, é do conhecimento dos profissionais ligados à problemática da preservação, que a manutenção da construção em uso, é a premissa fundamental para que esta preservação tenha sucesso.

Entretanto, a sociedade atual exige outros espaços, mais condizentes com as atividades contemporâneas, e que nem sempre se adequam a espaços construídos em outros momentos, com outras exigências e tecnologia. Dessa forma, a reciclagem de uso das construções representativas do Patrimônio Arquitetônico.

Foram examinados vários projetos, nacionais e internacionais, para ilustrar a proposição de que é possível, através da reciclagem de uso das construções, se promover uma revitalização de áreas urbanas degradadas ou em processo de degradação, promovendo, paralelamente, a preservação do Patrimônio Arquitetônico. E é justamente baseando-se nestas idéias a proposta de revitalização do patrimônio edificado da cidade de Bauru.

Para compreender melhor estas diretrizes, convém lembrar que, até a década de setenta, supunha-se que o arquiteto e/ou o urbanista pudesse ser capaz de organizar as atividades cotidianas do morador da cidade, através da organização do seu espaço físico. Ao nível da habitação, projetada em moldes funcionalistas, onde cada atividade e cada objeto deveria ter o seu local previsto no momento da concepção do projeto. A

casa, segundo os preceitos do arquiteto francês Le Corbusier -um dos maiores expoentes do Funcionalismo - deveria ser encarada simplesmente como uma "*máquina de morar*". E não um espaço com outras conotações mais subjetivas, tais como um refúgio das atribulações da vida moderna, ou até mesmo símbolo de status. Do mesmo modo, em termos de desenvolvimento urbano, esta forma eminentemente lógica e racional de organização dos espaços era uma premissa constante nos projetos de planejamento de crescimento dos núcleos urbanos. É a época dos projetos de zoneamento das cidades por atividades -comércio, moradia, indústria-, dos grandes conjuntos habitacionais, e conseqüentemente de grandes obras -ao nível de escala -arquitetônicas.

Em termos de uma Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial, a Arquitetura Funcionalista, que pregava a limpeza formal dos edifícios, a racionalização dos espaços, e a pré-fabricação dos elementos construtivos, satisfaz as necessidades de reconstrução das cidades rapidamente, o que seria humanamente impossível nos moldes anteriores, com os requintes de elementos decorativos nas fachadas, que demandavam tempo e mão-de-obra qualificada.

Entretanto, sem querer negar os avanços tecnológicos, e por conseqüência, de concepção espacial, promovidos pelos arquitetos e urbanistas funcionalistas, este procedimento encontrou oponentes na Europa, onde alguns desejavam que as cidades fossem reconstruídas nos mesmos padrões anteriores à guerra.

Mas a arquitetura hoje não está mais preocupada em racionalizar a cidade, e, sim, em criar relações mais próximas, vínculos afetivos mais profundos entre a cidade e o cidadão. O aumento desenfreado e desordenado das cidades, que vem sendo gerado pelo êxodo rural e o incremento do processo de industrialização, no Brasil de um modo geral, e particularmente no Estado de São Paulo, faz com que hoje em dia um número maior de pessoas vivam nas cidades, ao invés de nas áreas rurais, e por vezes sem nenhum vínculo afetivo com este espaço. E aqueles que permanecem na cidade em que nasceram, ou os que voltam à sua cidade de origem, não mais encontram o seu **LUGAR**.

Sem sentido foi o que ocorreu no Brasil, onde construções, e às vezes até conjuntos delas, foram demolidas para dar lugar a outras mais "modernas", mesmo que em determinados aspectos, inadequadas ao contexto nacional.

Estas cidades brasileiras, que foram descaracterizadas em seus aspectos documentais, principalmente por processos de intensa verticalização, atualmente passam a serem tratadas dentro de um outro enfoque. As construções representativas dos modos de se construir e habitar de uma sociedade, componentes do Patrimônio Arquitetônico, passaram a ser respeitadas. E passaram a ser respeitadas não tanto por suas conotações históricas, monumentais e/ou arquitetônicas. Mas principalmente por serem referenciais dentro do meio ambiente urbano.

Gradativamente estão surgindo projetos onde as construções representativas da memória urbana são preservadas, sem que se desconsidere a necessidade de desenvolvimento, de progresso, porém agora não mais entendido como sinônimo de expansão da mancha urbana.

A postura mais atual, em relação à preservação do patrimônio edificado, diz respeito ao que se entende por revitalização, seja de edifícios isolados, de conjuntos de construções, e ainda de áreas urbanas degradadas. Este conceito baseia-se em incentivar a atribuição de novos usos e funções, tornando as edificações compatíveis com as necessidades de uma sociedade contemporânea, e apresentando-as como alternativa para a crescente demanda de novas construções e equipamentos urbanos. Resumindo, pode-se afirmar que a revitalização de áreas urbanas degradadas só é possível através da reciclagem dos usos das construções.

Além da preservação da memória social de um núcleo urbano, o custo econômico da recuperação de uma edificação é consideravelmente menor do que a sua demolição e a construção de um novo edifício. Neste sentido, a crise do petróleo, na Europa na década de setenta, colaborou para a mudança de mentalidade por parte dos arquitetos e urbanistas.

Por outro lado, em nosso país, a falta de uma infra-estrutura urbana adequada inviabiliza um maior crescimento das cidades. Mas não se pode desejar que as construções sejam "*congeladas*" no tempo. Este é um conceito ultrapassado tratando-se de preservação do patrimônio. Entendendo por preservação o impedimento da destruição indiscriminada de elementos componentes do patrimônio ambiental urbano.

Assim, não se deve esquecer que, um edifício sem função, acaba por se deteriorar. Ora, se os novos usos por vezes não se adaptam às construções já existentes, e se movimentos preservadores assumirem uma postura contra a revitalização, conseqüentemente estas edificações serão descaracterizadas no seu aspecto documental e de referência, e, por conseguinte degradadas.

É conveniente reafirmar que não se está tratando de construções monumentais, grandiloqüentes, grandes exemplares da arquitetura. Este tipo de edificação tem a sua preservação garantida por outras razões, geralmente ligada a conotações históricas e/ou arqueológicas. Tratam-se apenas de construções representativas dos modos de se construir e habitar de um povo num determinado momento social e que justamente por fazerem parte de uma "*história do cotidiano*", estão mais sujeitas aos processos de especulação imobiliária, apesar de, por outro lado, serem extremamente importantes, enquanto elo de ligação afetiva do habitante com aquele espaço.

Baseando-se nas colocações acima, seria correto afirmar que a revitalização do espaço urbano é a maneira mais eficaz de se conciliar o desenvolvimento da cidade e a preservação de sua memória urbana.

Através da revitalização dos espaços urbanos, e da reciclagem dos edifícios, é possível atualizar os espaços construídos aos novos usos, ao mesmo tempo em que, com a manutenção das características das fachadas, manteríamos também uma paisagem, um espaço urbano com o qual os cidadãos estão familiarizados, mantendo referenciais, criando e/ou enfatizando vínculos afetivos.

Porém a manutenção dos edifícios em uso, a validade da revitalização, também dependerá do projeto a ser proposto. Dependerá do respeito ao edifício e às suas estruturas básicas. Entretanto, é necessário não somente um bom senso particular do arquiteto. Para que a preservação se efetive desta forma, a população tem que estar consciente da importância de se valorizar a sua própria história, e ter uma participação ativa no processo. Isto é viável através de propostas educacionais para a população nesta direção, que forneçam as informações necessárias para tanto, de incentivos por parte do poder executivo municipal e também da criação de normas de conduta, por parte do poder legislativo, no tocante a projetos de revitalização.

Lembrando que a paisagem urbana é composta por um agrupamento de espaços com características próprias, que se inter-relacionam, criando uma unidade funcional, porém com uma diversidade estético-formal, o maior receio está na imposição de normas extremamente rígidas em relação a esta restauração. O que poderia gerar uma monotonia nas construções, com conseqüências sérias, como a perda de referências urbanas representadas por estes contrastes visuais.

Algumas das iniciativas, para que esta revitalização da área central ocorra de fato, incluem a recuperação dos edifícios mais significativos, de fachadas, logradouros e símbolos históricos. Também a preocupação com questões tais como a poluição do ar

e a visual, o comércio informal (ambulantes), e os cortiços que proliferaram em casarões localizados em áreas degradadas.

Bauru, como outras tantas cidades paulistas de médio e grande porte que cresceram rapidamente, está se transformando. Os habitantes da cidade ressentem-se destas alterações.

Pode-se constatar com interesse, que algumas das edificações indicadas pelos usuários do centro de Bauru como merecedoras de serem preservadas mantiveram seus usos originais de projeto, e suas características arquitetônicas básicas bem conservadas. Estas observações vêm confirmar as colocações teóricas feitas anteriormente, onde afirmamos que a premissa fundamental na atualidade, em termos de preservação do patrimônio edificado, é a manutenção da construção em uso, e se possível nos usos originais previstos nos projetos das construções em questão.

O Automóvel Clube continua até hoje funcionando como tal. E o prédio da antiga Noroeste, em que pese o fato de que a ferrovia já não tem mais um papel de destaque tanto na vida de Bauru, como de uma maneira geral, enquanto meio de transporte, ainda abriga as funções de Estação Ferroviária.

A outra edificação, o Magazine Pelicano, alertou a população para questões inerentes à conservação do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Bauru. Pois, no momento em que estas construções, como a que abriga o Magazine Pelicano, são vendidas ou alugadas como pontos comerciais simplesmente, e o proprietário deixa de residir ali, estas construções passam a ter suas fachadas escondidas e/ou descaracterizadas através de marquises, letreiros ou ainda luminosos comerciais.

Entre as edificações selecionadas como representativas do patrimônio ambiental de Bauru, três também estiveram presentes como resposta espontânea. Isto é, foram indicadas pelos cidadãos como merecedoras de serem preservadas no centro de Bauru. São elas: o Colégio São José, o Hotel Cariani, e a Loja Stop. Isto ilustra uma coerência entre a opinião de um profissional, e os anseios da população, no tocante à preservação do patrimônio.

Entretanto, destas edificações selecionadas, infelizmente, outras delas foram descaracterizadas em seus aspectos documentais, como se pode observar posteriormente à coleta dos dados.

O Colégio São José, não passou por um processo de descaracterização significativo, apesar deste ser inicialmente o desejo de seus proprietários. Houve um acordo verbal entre os proprietários e a Prefeitura, para que se mantivesse a fachada original, e a reforma do colégio restringiu-se à parte interna.

Estas alterações ocorreram num espaço de tempo alarmante: apenas um ano. E pode-se observar com apreensão, que as alterações ocorridas, demonstram uma falta de interesse e cuidado com o patrimônio local.

Por um lado, está a administração pública, que não considera como prioridade à necessidade de criação de uma legislação municipal que cuide destes assuntos ligados à preservação do patrimônio. E por outro lado, os proprietários das edificações, que estão preocupados apenas com seus interesses particulares, e não se sentem motivados a buscar alternativas que satisfaçam estes interesses, e ao mesmo tempo preservem a memória urbana da cidade.

A população, por sua vez, não tem bem compreendida a necessidade de se preservar a memória urbana como um todo. Apesar de ser um enfoque ultrapassado, a idéia de que somente aqueles exemplares arquitetônicos mais grandiloqüentes é que merecem ser preservado, infelizmente, ainda persiste na mentalidade da população. Ou o que é pior, persiste como mentalidade corrente, ilustrada através destas opiniões

de transeuntes, sobre a possível demolição da antiga casa Pagani, aquela idéia de que estes patrimônios ambientais, compostos por edificações representativas do "*saber fazer*" da população, são "*casas velhas e sem valor*".

O centro comercial de Bauru, do qual faz parte a Rua Batista de Carvalho, vem se deteriorando desde a construção do Bauru Shopping, e de galerias comerciais em pontos fora da área central. Este shopping foi uma iniciativa dos próprios comerciantes bauruenses, e não de um grupo empresarial de fora da cidade. Com a abertura do Bauru Shopping, as lojas mais tradicionais da cidade abriram ali suas filiais. Porém a crise econômica, que o país atravessa, faz com que os proprietários estejam tendo dificuldade em manter duas lojas, uma no centro e outra no shopping, os quais têm optado por fechar a do centro, o que acarreta a deterioração ou a até a demolição da construção.

Como tentativa de reverter este processo, no início da década e 1990, a Rua Batista de Carvalho foi transformada em calçada, porém sem nenhum critério. Os equipamentos urbanos, - bancos, floreiras, lixeiras, etc - são inadequados e dispostos aleatoriamente no percurso.

A poluição visual no calçada é apontada como um dos principais problemas urbanos da área. A maioria das edificações da rua está escondidas atrás de elementos de propaganda, por vezes quase da mesma altura do pavimento superior, causando um enorme desconforto, e uma poluição visual muito grande. Além disso, estas marquises e luminosos avançam sobre o espaço da rua, estrangulando-a visualmente, e aumentando a sensação de desfiladeiro.

A rede elétrica e de telefonia continuou sendo aérea, o que também colabora na poluição visual.

A vegetação utilizada não corresponde à escala humana, limitando-se a alguns elementos nas floreiras, igualmente aleatórios.

E finalmente os arcos, que foram introduzidos no antigo leito da rua ao se construir o calçada: além de não terem absolutamente nenhuma utilidade, são esteticamente desagradáveis, impedem o acesso do carro de bombeiros devido a sua altura, impedem o acesso visual da rua, e ainda acabem por desvalorizar as poucas edificações da rua que tem uma preocupação com a manutenção das características da construção, além de comprometer a leitura, pois impedem a visão.

Assim, estes elementos criam um ambiente inóspito, e, apesar de transformada em calçada, a Rua Batista de Carvalho não é utilizada quando o comércio não funciona, pois não foram previstas outras atividades de uso e lazer para este calçada que não fosse apenas uma calçada mais larga.



FOTO 04: Rua Batista de Carvalho: a descrição dos problemas anteriormente colocados pode ser constatada nesta foto da área.

Paralelamente a estes aspectos negativos em relação à salvaguarda do patrimônio ambiental, também existem em Bauru exemplos positivos no tocante à preservação das construções. Como o Magazine Pelicano, que devido à polêmica gerada pela sua possível demolição, das suas filiais em Bauru, esta loja, em particular, é a que mais respeita a fachada da edificação, como podemos comparar na figura 01.

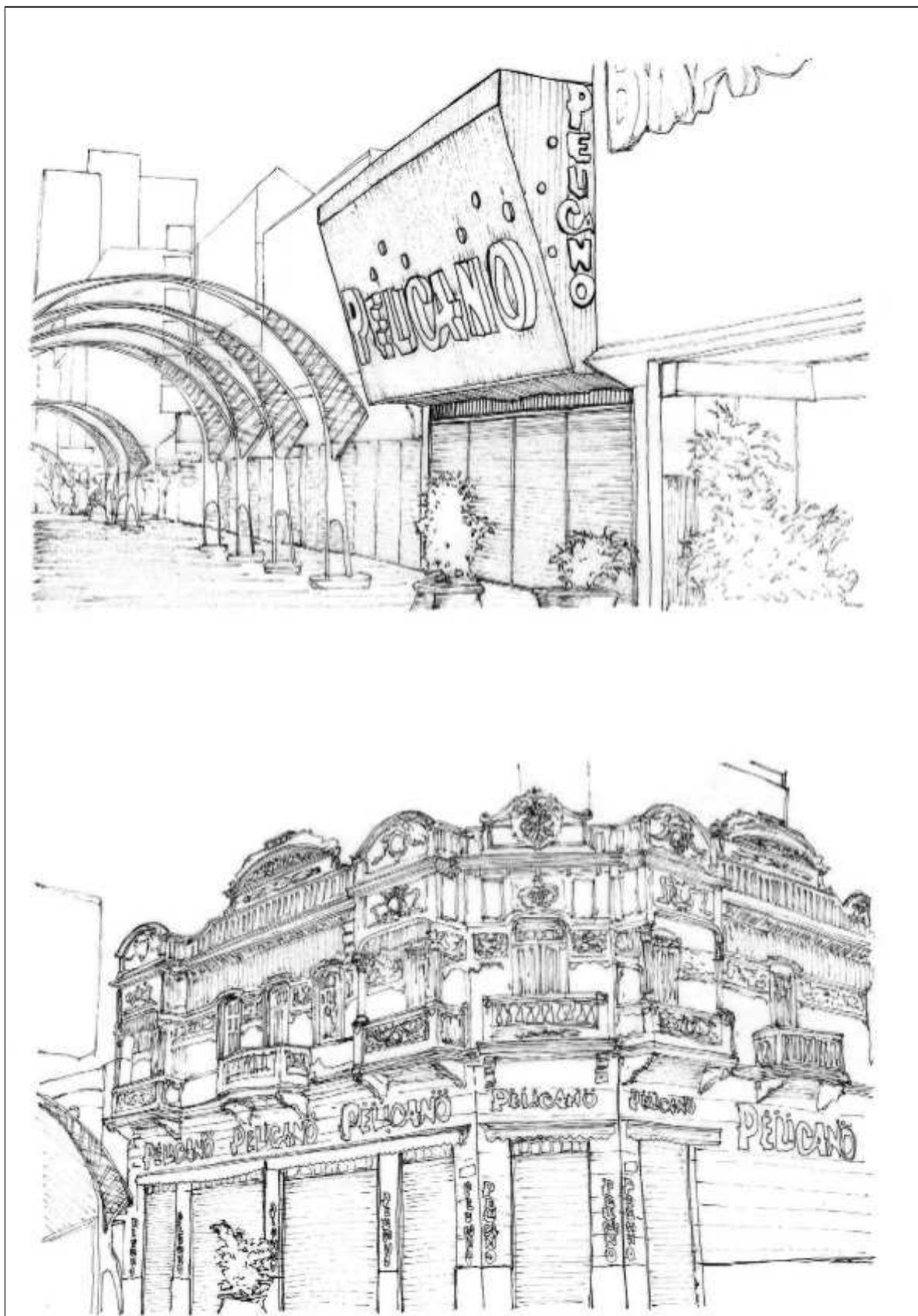


FIGURA 01: Desenho comparativo do Magazine Pelicano.

Outras lojas, abertas ou reformadas recentemente, reciclam a construção, adaptando-as ao novo uso, mas mantendo basicamente as características formais dentro da paisagem, como está ilustrado na foto 05. Os proprietários têm reconhecido o problema da poluição visual das marquises comerciais na área central, e reconhece a necessidade de mudanças para se valorizar a área assim como as construções. A associação do comércio local, em parceria com a Prefeitura Municipal, tem trabalhado conjuntamente na recuperação deste patrimônio.

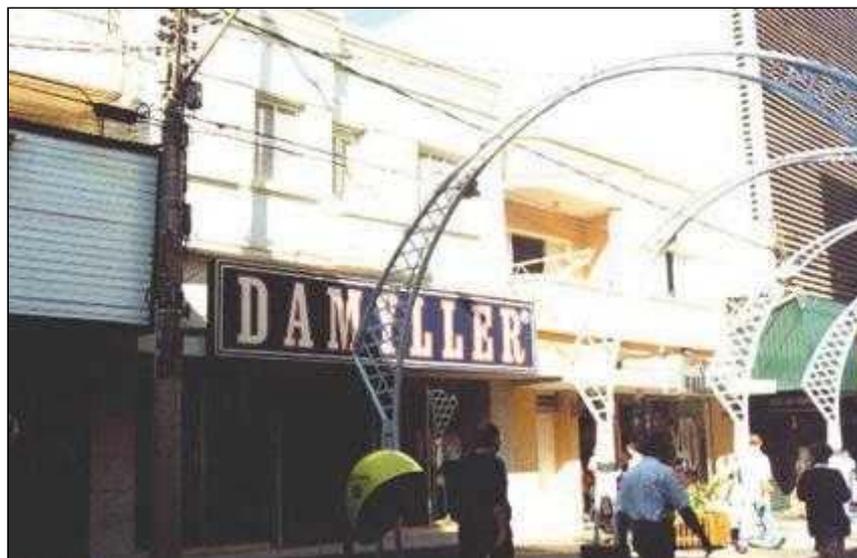


FOTO 05: Exemplos de lojas no calçadão da Rua Batista de Carvalho que recuperam a fachada original.

Estes exemplos apenas confirmam que é possível conciliar novos usos às edificações, sem que seja necessário sua descaracterização formal ou sua demolição, reciclando a construção, porém mantendo a memória urbana.

Além destes exemplos isolados, que partiram da iniciativa conjunta dos proprietários e dos arquitetos responsáveis pelas obras, existe em Bauru um Conselho Municipal do Patrimônio, CODEPAC -Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Bauru.

A idéia da necessidade de criação deste conselho nasceu da polêmica gerada pela demolição ou não da construção que abriga a antiga Casa Pagani. A demolição da edificação não ocorreu, e também acelerou a criação do Conselho.

A população se manifestou pela não demolição, no momento em que se sentiu motivada e envolvida com o problema, e esclarecida, através da imprensa, pelos profissionais interessados em utilizar o fato para demonstrar a necessidade de criação deste Conselho.

Uma legislação que orientasse as alterações que pudessem vir a ocorrer nas construções componentes do Patrimônio Arquitetônico de Bauru, associadas a diretrizes que regulamentassem os letreiros, marquises e luminosos comerciais na Rua Batista de Carvalho, onde está concentrada a maioria das construções representativas do Patrimônio Arquitetônico de Bauru, poderiam resgatar a arquitetura escondida atrás destes elementos de propaganda, renovando a área central, através da revitalização destas construções. Esta arquitetura nem sempre é relevante isoladamente, mas é importante enquanto conjunto.

E neste processo, aquelas construções, indicadas pelos usuários do centro como merecedoras de serem preservadas deverão ser tratadas numa primeira etapa do projeto, pois são estas construções que funcionam como elemento estruturador do ambiente urbano, conferindo legibilidade ao espaço urbano, e fazendo com que a cidade assuma uma conotação de **LUGAR** para seus habitantes.

Paralelamente a estas medidas legislativas e executivas, é indispensável um projeto educacional, para que se desenvolva entre a população como um todo, dirigentes e dirigidos, uma tomada de consciência em relação à salvaguarda do Patrimônio Arquitetônico de Bauru.

Este tipo de iniciativa é vital para o desenvolvimento de uma tomada de consciência no que diz respeito à preservação da memória local.

Ao finalizar, somente através de atividades conjuntas da população, da municipalidade, e de um corpo técnico adequado, será viável a preservação do Patrimônio Arquitetônico da cidade de Bauru.

Através de iniciativas no campo educacional, incentivos e subsídios por parte da Prefeitura Municipal a projetos de reciclagem de construções representativas, bem como a criação de uma legislação normativa, através deste Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio, no tocante à preservação das características formais básicas das edificações consideradas relevantes, seja isoladamente, ou em conjunto será possível a preservação da memória urbana da cidade de Bauru.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernando de. **Um Trem Corre Para Oeste: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema viário nacional**. São Paulo: Melhoramentos.

AZEVEDO, Paulo Ormino de. "Salvador: a difícil reapropriação do patrimônio edificado." **Revista Projeto**, Nº 160, 1993.

BAPTISTA, Maurício N. "O Planejamento Urbano como Instrumento de Preservação." **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 19. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1984.

BECKER, Vera Maria. "Reciclagem, uma alternativa de preservação." **Revista Projeto**, Nº 160, 1993.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DEL RIO, Vicente. **Desenho Urbano e Revitalização na Área Portuária do Rio de Janeiro. A Contribuição do Estudo da Percepção Ambiental**. USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, (Tese de Doutorado), 1991.

DI MARCO, Anita Regina. "Experiência Internacional." **Revista Projeto**, Nº 160, 1993.

DI MARCO, Anita Regina. "Velhos edifícios, novos usos: restaurando a cidade." **Revista Projeto**, Nº 160, 1993.

FITCH, James M. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico**. São Paulo, FAUUSP, 1981. GOODNEY, Brian. "Current Issues in European Urban Design." **Percepção, Participação e Desenho Urbano**. (Organização e Revisão Vicente del Rio) Coleção Módulo-Universidade, FAU-UFRJ/AVENIR EDITORA.

GOODNEY, Brian. "Environmental Perception and the Designer's Response." **Percepção, Participação e Desenho Urbano**. (Organização e Revisão Vicente del Rio) Coleção Módulo-Universidade, FAU-UFRJ/AVENIR EDITORA.

GOODEY, Brian et GOLD, John. "Environmental perception: the relationship with urban design." **Progress in Human Geography**. 11(1), 1987.

- KOHLSDORF, Maria Elaine. "O Planejamento da Imagem da Cidade: por exemplo, Brasília." **Percepção Ambiental: Contexto Teórico e Aplicações ao Tema Urbano**. Belo Horizonte, UFMG, 1987.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. "Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar." **O Espaço da Cidade - Contribuição à Análise Urbana**. São Paulo: Projeto, 1985.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. **Manual de Técnicas de Apreensão do Espaço Urbano**. Brasília: Universidade de Brasília, 1980.
- LANDIM Y GOYA, Paula da Cruz. **Percepção e Conservação do Patrimônio Ambiental Urbano: a cidade de Bauru**. IGCE - UNESP (Dissertação de Mestrado), 1994.
- LE MOS, Carlos A. C. **O que é Patrimônio Histórico**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- LYNCH, Kevin. **De qué tiempo es este lugar?** Barcelona: Gustavo Gilli, 1975.
- MAGALHÃES, Edmundo de Werna. "Arquitetura: Patrimônio do Cotidiano. Habitar as Cidades." **Revista Módulo**. Edição 78, 1983.
- MAYRINK, Geraldo et alli. **Os Frutos da Terra. Bauru 1896-1988**. Bauru: Agroquisa Industrial, 1988.
- MOMESMO, Luiz José Duarte. **Um maquinista da história**. São Paulo: Editora Oito de Março, 1988.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. **As Ferrovias de São Paulo 1870-1940**, São Paulo: HUCITEC/INL, 1981.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos. "Preservar não é tombar, renovar não é por tudo abaixo." **Revista Projeto**, Nº 86, 1986.
- SZMRECSANYI, Maria Irene de Q. F. "Produção, apropriação e organização na economia cafeeira: contrastes entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista (1800-1930)." **SINOPSES 5**. São Paulo: FAU-USP, 1984.
- TELLES, Augusto da Silva. "Centros Históricos: notas sobre a política brasileira de preservação." **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 19. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1984.
- TOLEDO, Benedito Lima de. "Bem Cultural e Identidade Cultural." **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Nº 20. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1984.
- VARINE-BOHAN, Hügues de. **Patrimônio Cultural. A Experiência Internacional**. Notas de Aula, São Paulo: FAU-USP, 1974.

INFORMAÇÕES SOBRE A AUTORA[\(VOLTAR AO TEXTO\)](#)

Arquiteta, formada pela FAU-USP, Mestre em Geografia pelo IGCE/UNESP - Rio Claro, Doutora em Arquitetura pela FAU-USP, professora da FAAC/UNESP - Bauru.

paula@faac.unesp.br

SUMÁRIO

OLAM - Ciênc. & Tec.

**Rio Claro
ISSN 1519-8693**

Vol 1

**nº 2 p. 231 - 262
www.olam.com.br**

Novembro / 2001